



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI

Atos do Prefeito

LEI Nº 3610 DE 13 DE JULHO DE 2021.

Institui o Fundo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda - FUMTER, e o Conselho Deliberativo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda - CODEMTER, do Município de Niterói.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I

DO FUNDO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA — FUMTER

Art. 1º. Fica instituído o Fundo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda - FUMTER, instrumento de natureza contábil, com a finalidade de financiar programas, projetos, ações e serviços do Sistema Nacional de Emprego - SINE, bem como para custear as despesas com organização, implementação, manutenção, modernização e gestão do sistema.

§ 1º. O FUMTER vincula-se ao Gabinete do Prefeito, responsável, pela execução da política municipal de trabalho, emprego e renda, a qual deverá prestar o apoio técnico e administrativo necessário à gestão do Fundo diretamente ou por meio de outro órgão designado.

§ 2º. O FUMTER será orientado e controlado pelo Conselho Deliberativo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda - CODEMTER.

§ 3º. Ficam definidas as ações e serviços do SINE: intermediação de mão de obra; habilitação ao seguro-desemprego; qualificação, certificação e orientação profissional; informações gerais ao trabalhador; fomento ao empreendedorismo; assessoramento técnico ao trabalho autônomo, auto gestor ou associado; e identificação do trabalhador.

CAPÍTULO II

DOS RECURSOS DO FUMTER

Art. 2º Constituem recursos do FUMTER:

I- dotação específica consignada anualmente no orçamento municipal, vinculada ao Gabinete do Prefeito, destinada ao FUMTER;

II- recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, conforme previsto no art. 11 da Lei Federal nº 13.667, de 17 de maio de 2018, por meio de transferências fundo a fundo;

III - créditos suplementares, especiais e extraordinários, que lhe forem destinados;

IV- saldos de aplicações financeiras dos recursos alocados no Fundo;

V- saldo financeiro apurado ao final de cada exercício;

VI - repasses financeiros provenientes de convênios e ajustes afins, firmados com órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

VII - receitas provenientes da alienação de bens móveis e imóveis do Município de Niterói, patrimoniados no Gabinete do Prefeito, desde que referidos bens tenham sido adquiridos com recursos do FUMTER;

VIII - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IX- produto da arrecadação de multas que lhe sejam direcionadas por sentenças judiciais;

X- Produtos da arrecadação de multas e acordos oriundos de termos de ajuste de condutas;

XI - receitas de eventos, atividades, campanhas ou promoções realizadas com a finalidade de angariar recursos para o FUMTER;

XII- outros recursos que lhe forem destinados.

Parágrafo único. Os recursos financeiros destinados ao FUMTER serão depositados, obrigatoriamente, em conta especial de sua própria titularidade, mantida em agência de estabelecimento bancário oficial, e movimentados pela Secretaria Municipal da Fazenda em conformidade com as deliberações do Gabinete do Prefeito com o devido acompanhamento do Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda - COMTER.

CAPÍTULO III

DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUMTER

Art. 3º. A aplicação dos recursos do FUMTER obedecerá à finalidade a que se destina, contemplando:

I- o financiamento do Sistema Nacional de Emprego - SINE, abrangendo a organização, implementação, manutenção, modernização e a gestão da rede de atendimento do SINE no Município de Niterói;

II- o financiamento, total ou parcial, de programas, projetos, ações e atividades previstas no Plano de Trabalho Municipal de Ações e Serviços, pactuado no âmbito do SINE;

III- o fomento ao trabalho, emprego e renda, mediante a execução das ações previstas no art. 9º da Lei Federal nº 13.667, de 2018, sem prejuízo de outras que venham a ser autorizadas pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT;

IV- o fomento ao empreendedorismo, ao crédito para a geração de trabalho, emprego e renda, o microcrédito produtivo orientado e o assessoramento técnico ao trabalho autônomo, auto gestor ou associado;

V- o pagamento das despesas com o funcionamento do Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda - COMTER, envolvendo o custeio, a manutenção e o pagamento dos dispêndios conexos aos objetivos do Fundo, exceto os de pessoal;

VI- o pagamento pela prestação de serviços às entidades conveniadas, públicas ou privadas, para a execução de programas e projetos específicos na área do trabalho, no âmbito do SINE;

VII- o pagamento de subsídio à pessoa física beneficiária de programa ou projeto da política pública de trabalho, emprego e renda, no âmbito do SINE;

VIII- a aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos e serviços necessários ao desenvolvimento dos programas e projetos, no âmbito do SINE;

IX- a construção, reforma, ampliação, manutenção e a aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de atendimento ao trabalhador;

X- o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações e serviços relacionados à implementação da política municipal de trabalho, emprego e renda, no âmbito do SINE;



XI- o custeio, manutenção e o pagamento das despesas conexas aos objetivos do FUMTER no desenvolvimento de ações, serviços e programas afetos ao SINE.

Parágrafo único. Aplicam-se, ainda, aos recursos do FUMTER as demais vinculações ou restrições de utilização previstas em legislação específica.

Art. 4º. Por meio do FUMTER, o Município poderá receber repasses financeiros dos Fundos de Trabalho do Estado do Rio de Janeiro e Nacional, mediante transferências automáticas fundo a fundo, bem como de outras instituições por intermédio de convênios ou instrumentos similares, atendendo às finalidades no âmbito da política municipal de trabalho, emprego e renda.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO DO FUMTER

Art. 5º. O FUMTER será administrado pela Secretaria da Fazenda, sob a fiscalização do Conselho Deliberativo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda — CODEMTER.

Art. 6º. O Gabinete do Prefeito, na condição de órgão responsável pela execução das ações e serviços no âmbito da política municipal de trabalho, emprego e renda, ou outro órgão por este destinado, prestará contas anualmente ao Conselho Deliberativo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda - CODEMTER, sem prejuízo da demonstração da execução das ações e serviços ao CODEFAT, quanto aos recursos transferidos do FAT.

Parágrafo único. Sem prejuízo do acompanhamento exercido pelo Conselho Deliberativo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda - CODEMTER caberá o Gabinete do Prefeito ou outro órgão por este indicado, acompanhar a conformidade da aplicação dos recursos transferidos à esfera municipal, podendo requisitar informações referentes a essas transferências para fins de análise e acompanhamento de sua utilização.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO DELIBERATIVO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA - CODEMTER,

Art. 7º. Fica instituído o Conselho Deliberativo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda - CODEMTER, instância colegiada, de caráter permanente e deliberativo, vinculado ao Gabinete do Prefeito, com o fim de definir, deliberar, acompanhar e fiscalizar a execução das ações e serviços do SINE.

Art. 8º. O COMTER, constituído de forma tripartite e paritária, será composto por no mínimo 09 (nove) e no máximo 18 (dezoito) membros titulares, em igual número de representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo.

§ 1º. Para cada membro titular haverá um membro suplente pertencente ao mesmo órgão/entidade.

§ 2º. O mandato de cada representante é de 03 (três) anos, permitida a recondução.

§ 3º. Os conselheiros, titulares e suplentes, serão indicados pelas respectivas organizações ou órgãos a serem definidos por Decreto, e nomeados mediante portaria do Prefeito.

§ 4º. Pela atividade exercida no CODEMTER, os seus membros, titulares ou suplentes, não receberão qualquer tipo de pagamento, remuneração, vantagens ou benefícios.

Art. 9º. A presidência e a vice-presidência do COMTER, eleitas por maioria absoluta de votos dos seus membros, para mandato de até 02 (dois) anos, serão em sistema de rodízio, sendo alternada entre as representações dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo, vedada a recondução para período consecutivo.

Parágrafo único. No caso de vacância da presidência, caberá ao Colegiado realizar nova eleição para Presidente, dentre os membros da mesma bancada, garantindo o sistema de rodízio e de modo a completar o mandato do antecessor, ficando assegurada a continuidade da atuação do Vice-Presidente até o final de seu mandato.

Art. 10. Compete ao CODEMTER gerir o Fundo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda e exercer as seguintes atribuições:

I- deliberar e definir acerca da Política de Trabalho, Emprego e Renda, no âmbito do município de Niterói, em consonância com a Política Nacional de Trabalho, Emprego e Renda;

II- apreciar e aprovar o plano de ações e serviços do SINE, na forma estabelecida pelo CODEFAT, bem como a proposta orçamentária da Política de Trabalho, Emprego e Renda, e suas alterações, a ser encaminhada pelo Gabinete do Prefeito, responsável pela coordenação da Política de Trabalho, Emprego e Renda no município;

III- acompanhar, controlar e fiscalizar a execução da Política Municipal de Trabalho, Emprego e Renda, conforme normas e regulamentos estabelecidos pelo CODEFAT e pelo Ministério da Economia;

IV- orientar e controlar o Fundo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, incluindo sua gestão patrimonial, inclusive a recuperação de créditos e a alienação de bens e direitos;

V- aprovar seu Regimento Interno, observando-se os critérios definidos pelo CODEFAT;

VI- exercer a fiscalização dos recursos financeiros destinados ao SINE, depositados em conta especial de titularidade do Fundo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda;

VII- apreciar e aprovar relatório de gestão anual que comprove a execução das ações do SINE no município, quanto à utilização dos recursos federais descentralizados do Fundo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda;

VIII- aprovar a prestação de contas anual do Fundo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda;

IX- baixar normas complementares necessárias à gestão do Fundo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda;

X- estimular a participação e o controle popular sobre a implementação das políticas de trabalho, emprego e renda do município; e

XI- deliberar sobre outros assuntos de interesse do Fundo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda.

Art. 11. Caberá ao Poder Executivo a regulamentação a respeito do funcionamento do CODEMTER.



Art. 12. A Secretaria Executiva do CODEMTER será exercida pelo Gabinete do Prefeito ou outro órgão por este indicado, a este cabendo à realização das tarefas técnico-administrativas.

**CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 13. Fica autorizada a abertura de crédito adicional especial no ano da criação do FUMTER, até que haja seu regular planejamento com créditos orçamentários prévios, podendo-se efetuar a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, na forma da legislação em vigor, para a realização de suas despesas.

Art. 14. O Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, 13 DE JULHO DE 2021.

AXEL GRAEL - PREFEITO

(PROJETO DE LEI Nº. 238/2021 - AUTOR: MENSAGEM EXECUTIVA Nº 18/2021)

LEI Nº 3611 DE 13 DE JULHO DE 2021.

Lei João Pedro Mattos - Cria o dia de Luta pelo Combate ao Genocídio da Juventude Negra no âmbito do Município de Niterói e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE

LEI:

Art. 1º. Fica incluído no Calendário Oficial do Município de Niterói o dia 18 de maio como o "Dia Municipal de Luta pelo Fim do Genocídio da Juventude

Negra – João Pedro Mattos", sendo acrescentado como inciso XXII do artigo 7º, da Lei Municipal 3474/2020, renumerando-se os demais incisos, sem revogação, e passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Fazem parte do Calendário Oficial de Eventos do Município de Niterói no mês de Maio: (...) XXII -Dia Municipal de Luta pelo Fim do Genocídio da Juventude Negra – João Pedro Mattos, a ser celebrado no dia 18;"

(...)

Art. 2º. Esta data deverá ser celebrada anualmente pelo Poder Público Municipal, no próprio dia 18 e durante todo o mês de maio, somando-se à data prevista no inciso VI do artigo 7º da Lei Municipal 3474/2020, com a realização de campanhas educativas e demais iniciativas voltadas à estimulação do debate sobre racismo, encarceramento e genocídio da juventude negra e periférica.

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, 13 DE JULHO DE 2021.

AXEL GRAEL - PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº. 184/2021 - AUTOR: PAULO EDUARDO GOMES

COAUTOR: TULIO RABELO DE ALBUQUERQUE MOTA

OF.GAB nº 390/2021

Niterói, 13 de Julho de 2021.

Exmo. Sr.

Vereador MILTON CARLOS DA SILVA LOPES

Presidente da Câmara Municipal de Niterói

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, acuso o recebimento do Ofício/AUT/Nº 046/2021/S.M.D.C.P., encaminhando Projeto de Lei nº 109/2021, onde "Ficam obrigados os outdoors digitais da cidade de Niterói informar, diuturnamente, os locais de vacinação com dia, hora e idade, os locais com testes disponíveis para COVID-19, assim como, outras informações pertinentes."

Ao restituir a via do Autógrafo, comunico a Vossa Excelência que VETEI INTEGRALMENTE o Projeto de Lei, pelas razões em anexo.

Atenciosamente,

Axel Grael

Prefeito

RAZÕES DE VETO INTEGRAL AO PROJETO DE LEI Nº 109/2021

Vejo-me instado a vetar integralmente o Projeto de Lei nº 109/2021 aprovado por essa Egrégia Casa Legislativa, onde ficam obrigados os outdoors digitais da cidade de Niterói informar, diuturnamente, os locais de vacinação com dia, hora e idade, os locais com testes disponíveis para COVID-19, assim como, outras informações pertinentes.

É importante compreender que o projeto de lei em comento, embora meritório, fixa obrigações para o Poder Executivo.

Com efeito, a propositura cria despesa obrigatória de caráter continuado, pelo que seriam de rigor a comprovação da existência de receitas para a sua implementação e a elaboração de estimativa de impacto orçamentário-financeiro da medida no exercício de sua entrada em vigor e nos dois subsequentes.

Por isso o presente PL padece de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa e afronta ao princípio da separação de poderes desenhado constitucionalmente (art. 2º da Carta Magna).

Além disso, há perda de objeto a ser considerada, tendo em vista que os Painéis de Mensagens Variadas (PMVs) divulgam informações sobre os locais de testes para COVID-19 desde o início da Pandemia, bem como os dias e idades para vacinação.

Quanto aos locais de vacinação, a divulgação é feita de maneira a orientar o cidadão a acessar o site da Prefeitura de Niterói no endereço www.niteroi.rj.gov.br.

Pelo exposto, diante de vício de iniciativa do i. edil, e evidente perda de objeto, veto INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 109/2021.

DECRETO Nº 14.081/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 4º, da Lei nº 3565/2020, de 30 de dezembro de 2020.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e outras alterações orçamentárias ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 15.161.086,67 (quinze milhões, cento e sessenta e um mil, oitenta e seis reais e sessenta e sete centavos) para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do § 1º do artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.



Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 13 de julho de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 13 DE JULHO DE 2021.

Axel Graef – Prefeito

ANEXO AO DECRETO Nº 14.081/2021

CRÉDITO SUPLEMENTAR E OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

ÓRGÃO/UNIDADE		PROGRAMA DE TRABALHO	ND	FT	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
21.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	04.122.0145.4191	339039	100	781.086,67	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.122.0145.0955	319034	100	8.212.156,38	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.122.0145.0955	319034	114	6.167.843,62	-
24.01	ENC FINANC DO MUNICÍPIO- REC SOB SUPERVISAO DA SMF	28.844.0900.4183	469071	100	-	781.086,67
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.122.0145.0955	319011	100	-	8.212.156,38
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.122.0145.0955	319011	114	-	6.167.843,62
TOTAL DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS					15.161.086,67	15.161.086,67

NOTA:

FONTE 100 – ORDINÁRIOS PROVENIENTES DE IMPOSTOS

FONTE 114 – TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS PROVENIENTES DE IMPOSTOS

DECRETO Nº 14.082/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, com fundamento no art. 230, inciso II, letra 'b' da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, combinado com o art. 66, inciso V da Lei Orgânica do Município de Niterói,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revogado o decreto nº. 13.379/2019, de 9 de novembro de 2019, que declarou de utilidade pública para fins de desapropriação da área situada na Travessa do Holofote, nº 75, lote de terreno nº 10, da Quadra "B", do loteamento Bairro Santo Expedito, Município de Niterói.

Art. 2º - A Procuradoria Geral do Município fica, desde logo, autorizada a desistir da ação de desapropriação número 0041704-84.2020.8.19.0002, em curso na 9ª Vara Cível da Comarca de Niterói/RJ.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, 13 DE JULHO DE 2021.

AXEL GRAEL - PREFEITO

Portarias

Port. 2208/2021 - Considera exonerado, a contar de 01/07/2021, **FABRICIO FERREIRA LEONEZ** do cargo de Assistente A, CC-4, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, por ter sido nomeado para cargo incompatível.

Port. 2209/2021 - Considera nomeada, a contar de 01/07/2021, **ANA LUIZA BERNARDO DOS SANTOS** para exercer o cargo de Assistente A, CC-4, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, em vaga decorrente da exoneração de Fabricio Ferreira Leonez, acrescido das gratificações previstas na CI nº 01/09.

Port. 2210/2021 - Considera exonerado, a pedido, a contar de 01/07/2021, **EDISON ALVES DE SOUZA** do cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Municipal do Governo.

Port. 2211/2021 - Considera nomeado, a contar de 01/07/2021, **FABRICIO FERREIRA LEONEZ** para exercer o cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Municipal do Governo, em vaga decorrente da exoneração de Edison Alves de Souza, acrescido das gratificações previstas na CI nº 01/09.

Port. 2212/2021 - Considera exonerada, a pedido, a contar de 05/07/2021, **ALESSANDRA DIAS LADEIRA DA COSTA** do cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade.

Port. 2213/2021 - Considera nomeado, a contar de 05/07/2021, **FABIO MURILLO DA SILVA ANTUNES** para exercer o cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade, em vaga decorrente da exoneração de Alessandra Dias Ladeira da Costa, acrescido das gratificações previstas na CI nº 01/09.

Port. 2214/2021 - Considera exonerado, a pedido, a contar de 01/07/2021, **LEANDRO DOS PASSOS RODRIGUES** do cargo de Assistente A, CC-4, da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos.

Port. 2215/2021 - Considera nomeado, a contar de 01/07/2021, **ALEXIANO COSTA SILVA** para exercer o cargo de Assistente A, CC-4, da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos, em vaga decorrente da exoneração de Leandro dos Passos Rodrigues, acrescido das gratificações previstas na CI nº 01/09.

Port. 2216/2021 - Considera exonerado, a pedido, a contar de 01/07/2021, **ERICK ALVIM ROCHA** do cargo de Assistente A, CC-4, da Administração Regional de Itaipu e Engenho do Mato.

Port. 2217/2021 - Considera nomeada, a contar de 01/07/2021, **RAYSSA ALVIM ROCHA** para exercer o cargo de Assistente A, CC-4, da Administração Regional de Itaipu e Engenho do Mato, em vaga decorrente da exoneração de Erick Alvim Rocha, acrescido das gratificações previstas na CI nº 01/09.

Port. 2218/2021 - Considera exonerada, a pedido, a contar de 01/07/2021, **PATRICIA NELLY DUARTE SANTOS** do cargo de Assessor Técnico, FMS-5, do Programa Médico de Família, da Vice Presidência de Atenção Coletiva, Ambulatorial e de Família, da Fundação Municipal de Saúde.

Port. 2219/2021 - Considera nomeada, a contar de 01/07/2021, **CAROLINE MACIEL DE SOUZA E SILVA** para exercer o cargo de Assessor Técnico, FMS-5, do Programa Médico de Família, da Vice Presidência de Atenção Coletiva, Ambulatorial e de Família, da Fundação Municipal de Saúde, em vaga decorrente da exoneração de Patricia Nelly Duarte Santos.

Port. 2220/2021 - Torna insubsistente a Portaria nº 2077/2021, publicada em 03/06/2021.

Port. 2221/2021 - Torna insubsistente a Portaria nº 2188/2021, publicada em 08/07/2021.

Corrigenda

Na Portaria nº 2189/2021, publicada dia 08/07/2021, onde se lê: em vaga da exoneração de Bruno Silva de Oliveira, leia-se: em vaga da exoneração de Fabio Augusto Araujo Teixeira.



SECRETARIA EXECUTIVA
EXTRATO Nº011/2021

Em conformidade com o Processo nº180000156/2021, abaixo referenciado, AUTORIZO a contratação por dispensa de licitação, nos seguintes termos:
INSTRUMENTO: Compra direta de Frigorífico. PARTES: MUNICÍPIO DE NITERÓI, por intermédio da Secretaria Executiva, através da Subsecretaria do Cerimonial do Prefeito e a empresa Reluzir Comercio Serviços Eireli, inscrita no CNPJ.41229341/0001-10 OBJETO: 03 (três) frigoríficos; VALOR: R\$4.950,00 (quatro mil novecentos e cinquenta reais); FUNDAMENTO: artigo 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93, despachos contidos no processo nº. 180000156/2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Despachos do Secretário

Tempo Integral – Indeferido – 20/3408/2021

Pagamento de Férias – Indeferido – 20/2537/2021

Adicional de Tempo de Serviço – Indeferido – 20/5555,3704,5019,5546/2020

Abono Permanência – Indeferido – 20/2974/2021

Adicional Automático – Indeferido – 20/046/2021,
20/5393,4883,5410,5390,4296,4299,5406,4874,4294/2020

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2021

Nego provimento à impugnação impetrada pela empresa ZETRASOFT LTDA – CNPJ nº 03.881.239/0001-06, para o Pregão Presencial nº 018/2021, com base no contido no parecer da Secretaria Municipal de Administração.

EXTRATO Nº 136/2021

INSTRUMENTO: Contrato nº 03/2021. **PARTES:** Município de Niterói, tendo como órgão gestor a Secretaria Municipal de Administração, representada neste ato pelo Secretário Municipal de Administração LUIZ ANTONIO FRANCISCO VIEIRA e a EDITORA A NOTÍCIA LTDA, representada deste ato por CLAUDIO HENRIQUE BIREIRA SOEIRO. **OBJETO:** O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de editoras ou empresas jornalísticas proprietárias de jornais, pelo período de 12 (doze) meses, para veiculação oficial de publicação de procedimentos licitatórios, através de jornal de ampla circulação estadual, no formato 1x9, parte noticiária. **MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** Pregão Presencial nº 016/2021, do tipo menor preço por item considerando o valor unitário cm/col. **PRazo:** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 14/07/2021, desde que posterior à data de publicação do extrato desde instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula. **VALOR:** Dá-se ao Contrato o valor estimado de R\$ 99.900,00 (noventa e nove mil e novecentos reais). **VERBA:** P.T. nº 17.01.04.122.0145.4191; C.D. nº 33.90.39; FONTE 138; Nota de Empenho nº 001304, datada de 06/07/2021. **FUNDAMENTO** Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestritas e incondicionalmente, tendo em vista o contido no processo administrativo nº. 020/1892/2021. **DATA DA ASSINATURA:** 09 de Julho de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE

“Parecer Técnico Conclusivo:

Após a análise do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV) apresentados no processo 080/004620/2016 para o empreendimento a ser construído na Rua Antonio Parreiras nº 119 – Boa Viagem esta CAED tem a seguinte consideração a fazer:

Desta forma, esta comissão aprova o Estudo e Relatório de Impacto de Vizinhança apresentados. A aprovação do EIV-RIV não isenta o empreendedor do cumprimento de todas as exigências de adequação que o Setor de Análise de Projetos venha solicitar”.

Atos do Subsecretário de Trânsito e Transportes

Portaria SMU/SSTT Nº0051/2021.

O Subsecretário de Trânsito e Transportes da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 CTB e ainda o Decreto Municipal nº 13.889/2021.

Considerando o conteúdo nos autos do processo nº 530004858/2020 que visa melhores condições ao serviço do transporte público individual de passageiros.

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir 02 (duas) vagas para Ponto de Táxi Convencional, na Rua Dr. Celestino nº 103, lado esquerdo da Via de Circulação, sentido longitudinal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Portaria SMU/SSTT Nº0052/2021.

O Subsecretário de Trânsito e Transportes da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 CTB e ainda o Decreto Municipal nº 13.889/2021.

Considerando o conteúdo nos autos do processo nº 530002259/2020 que visa melhores condições ao serviço do transporte público individual de passageiros.

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir 06 (seis) vagas para Ponto de Apoio da Associação do Centro Táxi Niterói, na Rua Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, entre os números 517 e 529, no sentido longitudinal em direção a Av. Ernani do Amaral Peixoto.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Portaria SMU/SSTT Nº 0053/2021.

O Subsecretário de Trânsito e Transportes da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 CTB e ainda o Decreto Municipal nº 13.889/2021.

Considerando o conteúdo nos autos do processo nº 530004855/2020 que visa melhores condições ao serviço do transporte público individual de passageiros.

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir 04 (quatro) vagas para Ponto de Táxi, na Rua São João, entre os números 06 e 12, no sentido longitudinal em direção a Av. Visconde do Rio Branco.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Portaria SMU/SSTT Nº 0027/2021.

O Subsecretário de Trânsito e Transportes da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 CTB e ainda o Decreto Municipal nº 13.889/2021.



Considerando o conteúdo nos autos do PA nº 080/0000712/2021,
RESOLVE:

Art. 1º - Fica implantado ponto de embarque e desembarque de passageiros de transporte comunitário na Rua São João (Praça).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

EXTRATO Nº 021/2021

INSTRUMENTO: Termo de Compromisso de Estágio nº. 007/2021. **PARTES:** Município de Niterói, através da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade e o estudante RAYANE MARQUES RODRIGUES LIMA tendo como interveniente a UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **OBJETO:** Estágio curricular na Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade. **PRAZO:** Seis (06) meses, com início da vigência em 01/05/2021 e término em 31/10/2021. **VALOR ESTIMADO:** R\$ 4.669,20 (Quatro mil seiscentos e sessenta e nove reais e vinte centavos), referente a bolsa auxílio de R\$600,00 (seiscentos reais) e o valor estimado de auxílio transporte. **VERBA:** No Código de Despesa nº 3390.36.00, Programa de Trabalho nº 2201.041220145.4191, Fonte 1.38. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 11.788/08, Decreto Municipal nº10901/2011 e Portaria SMU nº 020/2013, despacho autorizativo da Secretaria de Urbanismo no processo nº 080/003205/2012. **DATA DA ASSINATURA:** 01 de maio de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS E SUSTENTABILIDADE

Despacho do Subsecretário

AUTO DE INFRAÇÃO 0664; DATA: 12/07/2021; AUTUADO: EVANDRO PESSOA DA SILVA; CPF: 034.020.147-93; PROCESSO ADMINISTRATIVO: 250/001254/2021
RELATO: AUTUADO PELA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO, EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE; LOCAL DA INFRAÇÃO: RUA JÚPITER Nº 26. QUADRA 125, PIRATININGA, NITERÓI/RJ; INFRIGÊNCIA: ARTIGO 236, INCISO I DA LEI 2602/2008; SANÇÃO: ARTIGO 229, PARÁGRAFO 1º, INCISO III DA LEI 2602/2008. MULTA IMPOSTA: R\$ 1.000.000,00 (HUM MILHÃO DE REAIS).

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

RESOLUÇÃO PGM nº 14, de 13 de julho de 2021.

Regulamenta a transação como meio de extinção de créditos fiscais, no âmbito do Município de Niterói.

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e

Considerando o avanço dos meios consensuais de resolução de litígios, capazes de, simultaneamente, trazer maior eficiência à cobrança do crédito e atender aos ditames da justiça fiscal;

Considerando o disposto nos §§ 2º e 4º do artigo 72 da Lei Orgânica do Município de Niterói;

Considerando o disposto no Decreto nº 14.073/2021;

Considerando a faculdade estabelecida no artigo 171 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) e no artigo 247 da Lei Municipal nº 2597/2018 (Código Tributário do Município);

Considerando o disposto no artigo 31 da Lei Municipal nº 3.605/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Esta Resolução disciplina os procedimentos, os requisitos e as condições necessárias à realização de transação como meio de extinção de créditos fiscais, cuja inscrição, cobrança ou representação incumbam à Procuradoria-Geral do Município, nos termos do art. 5º, II, da Lei Municipal nº 3359, de 06 de julho de 2018. Parágrafo único. Por créditos fiscais, entende-se:

I - aqueles de natureza tributária ou não tributária inscritos em dívida ativa, que poderão ser objeto de qualquer das modalidades de transação, desde que atendidos os demais requisitos;

II - aqueles de natureza estritamente tributária ainda não inscritos em dívida ativa, que poderão ser objeto da transação somente na modalidade "transação no contencioso judicial", desde que já estejam lançados e sejam objeto de demanda judicial que envolva a atuação da Procuradoria do Município.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Seção I

Modalidades e formas de transação

Art. 2º A transação de que trata essa Resolução poderá ser feita nas seguintes modalidades e formas:

I – transação na cobrança da dívida ativa municipal, por adesão à proposta da Procuradoria-Geral do Município;

II – transação na cobrança da dívida ativa municipal, de forma individual, proposta pela Procuradoria-Geral do Município;

III – transação na cobrança dívida ativa municipal, de forma individual, proposta pelo devedor inscrito em dívida ativa do Município ou por terceiro interessado;

IV – transação no contencioso judicial, por adesão à proposta da Procuradoria-Geral do Município;

V - transação no contencioso judicial, de forma individual, proposta pela Procuradoria-Geral do Município;

VI - transação no contencioso judicial, de forma individual, proposta pelo devedor que seja parte no litígio ou atenda aos requisitos do art. 40.

§1º A transação de créditos cujo valor consolidado seja inferior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) será realizada exclusivamente por adesão ao edital lançado pela Procuradoria-Geral do Município, sendo autorizado, nesses casos, o não conhecimento de propostas individuais.

§2º O limite referido no parágrafo anterior será calculado:

I – em se tratando de créditos inscritos em dívida ativa, pelo somatório do valor atualizado das CDA's incluídas na proposta de transação individual, observado o disposto no art. 19 da presente Resolução, concluindo-se exemplificativamente que:

a) se a proposta envolver a totalidade dos débitos do sujeito passivo, esse valor não poderá ser inferior a R\$ 15.000,00;

b) se a proposta envolver somente 50% dos débitos do sujeito passivo, esse valor não poderá ser inferior a R\$ 15.000,00.

II – em se tratando de créditos não inscritos em dívida ativa, objeto de litígio judicial, pelo benefício econômico estimado.



Art. 3º A transação por adesão será precedida de edital que especificará todas as suas condições, as quais serão automaticamente aceitas pelo devedor que optar pela modalidade ofertada.

Parágrafo único. Em qualquer caso, o devedor deverá preencher formulário padrão de adesão, a ser gerado pelos meios de atendimento disponibilizados pela Procuradoria-Geral do Município, pelo qual:

I - assumirá os compromissos referidos no art. 15;

II - declarará a aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas na Lei nº 3.605/2021, nesta Resolução e no respectivo edital;

III - confessará de forma irrevogável e irretroatável os créditos transacionados, nos termos dos arts. 389 a 395 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil) e do artigo 174, IV, do Código Tributário Nacional;

IV - indicará se deseja incluir a totalidade dos seus débitos elegíveis no acordo ou, em caso contrário, apontará quais débitos deseja incluir, observado o disposto no art. 19, para a transação na cobrança da dívida ativa, e o disposto no art. 37, para a transação por adesão no contencioso judicial;

V - indicará, na transação no contencioso judicial, quais débitos deseja incluir no acordo e declarará a observância do disposto no art. 37, referente à necessidade de inclusão de todos os débitos envolvidos em litígios que versem sobre a mesma tese jurídica;

VI - informará seu e-mail, para fins de recebimento das comunicações feitas pela Procuradoria-Geral do Município.

Art. 4º A proposta de transação por adesão será realizada mediante publicação de edital pela Procuradoria-Geral do Município, que conterá:

I - o prazo para adesão à proposta;

II - os critérios para elegibilidade dos créditos inscritos em dívida ativa municipal à transação por adesão;

III - os critérios impeditivos à transação por adesão, quando for o caso;

IV - as condições de parcelamento, entrada e descontos conferidas, sendo possível a sua graduação até os limites máximos previstos nos artigos 11 e 20, sem prejuízo da possibilidade de fixação de limites máximos inferiores, caso seja de interesse do Município;

V - os compromissos e obrigações adicionais a serem exigidos dos devedores, se for o caso;

VI - a descrição do procedimento para adesão, observado o disposto no art. 3º;

VII - as hipóteses de rescisão do acordo, observado o disposto no art. 49.

§1º O edital será publicado no site da Procuradoria-Geral do Município.

§2º Em regra, o edital servirá para viabilizar a transação dos créditos que se enquadrem nos critérios objetivos de irrecuperabilidade, mas, excepcionalmente, poderá franquear a adesão com relação a créditos recuperáveis, porém sem o benefício do desconto.

§3º Ao estabelecer os critérios para a elegibilidade, o edital poderá restringir-se a apenas uma ou algumas das categorias de créditos irrecuperáveis e, dentro delas, a subcategorias, de acordo com critérios objetivos como, exemplificativamente, a competência do crédito e/ou, em caso de IPTU, o tipo de terreno envolvido.

§4º A irrecuperabilidade por critério subjetivo deverá necessariamente ser demonstrada pela via da transação individual, sendo possível aplicar os parâmetros de desconto, parcelas e entrada previstos em edital que porventura esteja aberto no momento da negociação.

§5º Em havendo edital aberto, fica vedada a negociação individual com relação aos créditos elegíveis à transação por adesão, no período em que vigorar, salvo:

a) se a transação individual envolver outros créditos que não os elegíveis à adesão, justificando o acordo individual;

b) para devedores em recuperação judicial ou extrajudicial, em liquidação judicial, em liquidação ou intervenção extrajudicial, ou em falência, desde que haja peculiaridade a revelar a necessidade da transação individual.

§6º Fica delegada ao Subprocurador Geral Tributário-Fiscal a competência para a elaboração das propostas da Procuradoria-Geral do Município e edição dos respectivos editais de transação por adesão na cobrança da dívida ativa municipal.

§7º Aplicam-se, para as transações por adesão no contencioso judicial, as disposições do artigo 33.

Art. 5º A adesão à transação proposta pela Procuradoria-Geral do Município e a transação no contencioso judicial implicarão a manutenção automática das garantias prestadas em ações judiciais ou administrativamente, bem como dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal, ações de execução fiscal ou qualquer outra ação judicial, incluídas as penhoras já realizadas.

§1º. Em caso de bens penhorados ou oferecidos em garantia de execução fiscal, é facultado ao sujeito passivo requerer a alienação por iniciativa particular, nos termos do art. 880 do CPC/15, para fins de amortização ou liquidação de saldo devedor transacionado.

§2º Excepcionalmente, a Comissão de Transação poderá concordar com a liberação de alguma garantia, no bojo da negociação individual feita com o devedor, desde que oferecidos outros bens ou ativos em substituição ou vislumbrada a vantagem global do acordo, nos termos em que celebrado.

§3º No caso de transação individual na cobrança da dívida ativa, aplica-se a previsão do artigo 29.

Art. 6º A transação na forma individual proposta pelo sujeito passivo, por terceiro interessado ou pelo litigante deverá ser encaminhada por link próprio presente no site da Procuradoria-Geral do Município, devendo ser acompanhada por formulário padrão constante do site da PGM.

Parágrafo único. Após a análise da proposta e as tratativas, o termo será redigido pela Procuradoria-Geral do Município.

Art. 7º A proposta de transação individual feita pela Procuradoria-Geral do Município será direcionada por via postal ao endereço do devedor cadastrado no sistema da dívida ativa ou, preferencialmente, caso conste do cadastro municipal, ao seu endereço eletrônico e deverá conter:

I - o número de parcelas e o valor de entrada proposto, se for o caso;

II - outras informações consideradas relevantes e demais condições para formalização do acordo, a exemplo da necessidade de manutenção ou oferecimento de garantias próprias ou de terceiros;

III - o prazo para aceitação da proposta.

Parágrafo único. A proposta será formulada pelo Subprocurador-Geral Tributário-Fiscal, por delegação do Procurador-Geral.



Art. 8º A proposta de transação individual na cobrança da dívida ativa formulada pela Procuradoria-Geral do Município deverá expor os meios para a extinção dos créditos nela contemplados e envolverá, alternativa ou cumulativamente, as obrigações, exigências e concessões de que tratam os artigos 12 a 15 desta Resolução, conterá os requisitos do artigo 7º e parágrafo único e, ainda, a relação de inscrições/matrículas indicadas pelo contribuinte, acompanhada dos percentuais, valores estimados e fundamentos normativos do desconto, se for o caso, inclusive com os indicadores de inscrição/matricula com vedação de desconto.

Parágrafo único. Nos casos de transação individual no contencioso judicial, aplica-se, ainda, a norma do artigo 40 desta Resolução.

Art. 9º Em caso de não observância dos limites referidos nos arts. 25 e 39 ou de não apresentação dos documentos aos quais faz referência o artigo 52, a proposta não será conhecida e será arquivada liminarmente, salvo se houver flexibilização com relação a algum documento, a juízo exclusivo da Comissão de Transação.

Parágrafo único. Não caberá recurso ou impugnação em face do despacho de arquivamento, sendo permitida, contudo, a apresentação de nova proposta regularizando os vícios.

Art. 10 Em observância aos princípios da transparência e da publicidade, os termos de transação individual celebrados pela Procuradoria-Geral do Município ficarão disponíveis para consulta no site oficial da PGM, resguardadas as informações legalmente protegidas por sigilo.

Parágrafo único. Quanto às transações por adesão, por não envolverem aspectos personalizados e pela grande quantidade de acordos celebrados, a sua disponibilização se dará mediante simples requerimento a ser feito por e-mail perante a Procuradoria-Geral do Município.

Art. 11 Na hipótese do pagamento à vista previsto no Decreto nº 14.073/2021 e nas transações tratadas na Lei 3.605/2021, será vedada a concessão de qualquer desconto e/ou abatimento sobre o valor principal do crédito, sendo o desconto aplicável sobre os acréscimos legais, exceto aqueles de titularidade de terceiros, de modo a atingir os seguintes limites para as transações:

I – até 80% para as pessoas jurídicas em geral;

II – até 90% para as pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte.

§1º Considera-se valor principal do crédito o valor originário, monetariamente atualizado, exceto a partir de 01/01/2020, quando a taxa Selic passou a servir como atualização monetária e juros moratórios (artigo 231 do Código Tributário Municipal, com redação dada pela Lei nº 3.420/2019), período em que será permitido o desconto também sobre a Selic.

§2º Na hipótese de a transação abarcar créditos irrecuperáveis e recuperáveis de um mesmo devedor, os descontos serão aplicados somente sobre os primeiros.

§3º O desconto de 20% previsto no Decreto nº 14.073/2021, bem como os limites de 80% ou 90% previstos no *caput* referem-se somente aos acréscimos legais de natureza estritamente moratória, e não ao valor total do crédito. Considera-se como acréscimo legal o incremento que tenha origem na mora do devedor, não abrangendo a multa fiscal punitiva e valores devidos a terceiros.

§4º Os percentuais de desconto referidos nos incisos I e II são limites máximos, podendo o edital ou a Comissão de Transação, quando da transação individual, restringi-los, de acordo com o interesse do Município, observado, quanto ao critério subjetivo previsto no art. 21, II, o Formulário de Pontuação constante do Anexo I da presente Resolução.

Seção II

Benefícios e limitações

Art. 12 A transação poderá contemplar os seguintes benefícios, alternativa ou cumulativamente:

I - a concessão de descontos, apenas para os créditos classificados como irrecuperáveis, conforme artigos 21 e 33 desta Resolução;

II - o oferecimento de prazos e formas de pagamento especiais, incluídos o diferimento, a moratória e o parcelamento;

III - o oferecimento, a substituição ou a alienação de garantias e de constrições.

Art. 13 É vedada a transação que abranja créditos que já tenham sido objeto de transação rescindida no último ano, considerando-se como marco inicial a data da rescisão formal da transação pretérita e como marco final a data da formalização da nova proposta, ou a data da adesão, a depender da forma em que efetuada.

Parágrafo único. A vedação do *caput* não implica a impossibilidade de, por autorização expressa em edital ou em negociação individual, facultar-se ao devedor a migração para acordo mais favorável ou a renegociação do acordo, desde que não tenham sido descumpridas quaisquer cláusulas ou condições da transação anterior.

Art.14 Fica vedada a transação de créditos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN cujos fatos geradores tenham ocorrido quando o contribuinte era optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Seção III

Compromissos assumidos e efeitos da transação

Art. 15 Sem prejuízo dos demais compromissos exigidos em edital ou na proposta individual, o devedor obriga-se a:

I - não utilizar a transação de forma abusiva, com a finalidade de limitar, de falsear ou de prejudicar, de qualquer forma, a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;

II – declarar que não utilizou nem utilizará pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, os seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública municipal;

III - não alienar nem onerar bens ou direitos sem a devida comunicação à Procuradoria-Geral do Município, quando exigido em lei;

IV - declarar que não alienou ou onerou bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos;

V - renunciar a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundem ações judiciais, inclusive as coletivas, ou recursos que tenham por objeto os créditos incluídos na transação, por meio de requerimento de extinção do respectivo processo com resolução de mérito, nos termos da alínea c do inciso III do *caput* do art. 487 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil);

VI – em caso de transação no contencioso judicial que envolva débitos não inscritos em dívida ativa, desistir das impugnações ou dos recursos administrativos que



tenham por objeto os débitos incluídos na transação e renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações ou recursos;

VII – no caso de transação no contencioso judicial por adesão, sujeitar-se, em relação aos fatos geradores futuros ou não consumados, ao entendimento dado pela administração tributária à questão em litígio, ressalvadas:

a) a cessação de eficácia prospectiva da transação decorrente do advento de precedente vinculante nos termos dos incisos I, II, III e IV do caput do art. 927 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil);

b) a alteração da legislação em discussão.

§ 1º A formalização da transação importa aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas nesta Lei e em sua regulamentação, constituindo confissão irrevogável e irretroatável dos créditos nela abrangidos, nos termos dos arts. 389 a 395 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil) e do artigo 174, IV, do Código Tributário Nacional.

§ 2º Na hipótese de cindibilidade do objeto da demanda, para fins do disposto no inciso V do caput, bastará a desistência e a renúncia parcial da ação ou do recurso.

§ 3º No caso previsto no inciso V do caput, o devedor deverá apresentar cópia do protocolo da petição de renúncia em até 30 dias contados da formalização da transação, sob pena de exclusão desses créditos do acordo.

§ 4º Os compromissos e as declarações referidas neste dispositivo constarão de formulário padrão a ser disponibilizado no site da Procuradoria-Geral do Município, que deverá ser preenchido, assinado e encaminhado junto de qualquer requerimento de transação.

Art. 16 A simples apresentação da proposta de transação não suspende a exigibilidade dos créditos ali abrangidos, nem obsta o andamento das execuções fiscais que tenham por objeto a sua cobrança.

§ 1º Sempre que a transação envolver moratória ou parcelamento, haverá suspensão da exigibilidade dos créditos transacionados, conforme art. 151, I e IV, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) e art. 203, I e VI, da Lei nº 2597, de 30 de setembro de 2018 (Código Tributário Municipal).

§ 2º Quando envolva parcelamento, este só se considerará realizado e a exigibilidade só ficará suspensa com a quitação da primeira parcela.

§ 3º O disposto no caput deste artigo não afasta a possibilidade de suspensão do processo por convenção das partes, conforme o disposto no inciso II do caput do art. 313 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), alternativa que, quando cabível, constará preferencialmente do termo de transação.

Art. 17 O termo de transação será celebrado mediante condição suspensiva, equivalente ao cumprimento integral das condições ali previstas, ocasião em que só então a transação será perfectibilizada e os créditos serão extintos.

Parágrafo único A celebração de termo de transação, ou a adesão às condições do edital, não caracteriza novação dos créditos transacionados.

CAPÍTULO II

TRANSAÇÃO NA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Seção I

Créditos abrangidos e limite mínimo

Art. 18 A transação na cobrança da dívida ativa municipal abrangerá somente os créditos já inscritos em dívida ativa, de natureza tributária ou não, ajuizados ou não, não sendo exigida a sua discussão em juízo como condição prévia para essa modalidade.

Art. 19 Será exigida como condição para a celebração da transação na cobrança da dívida ativa municipal a inclusão de, no mínimo, 50% dos créditos elegíveis do sujeito passivo, assim entendidos quaisquer créditos inscritos em dívida ativa que atendam às condições para a transação, independentemente de se tratar de tributo idêntico ou diverso, e, no caso de créditos de IPTU, ainda que se refiram a matrículas imobiliárias distintas.

§ 1º Apesar do limite mínimo previsto no caput, a Procuradoria-Geral do Município deverá tentar transacionar, preferencialmente, a integralidade do passivo fiscal elegível do sujeito passivo.

§ 2º Em hipóteses excepcionais, para devedores que tenham passivo fiscal que ultrapasse R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), será permitida a transação parcial em percentual inferior a 50%, mediante autorização fundamentada do Subprocurador Geral Tributário-Fiscal, por delegação do Procurador-Geral.

§ 3º O sujeito passivo poderá deixar de incluir na transação os créditos que estejam com a exigibilidade suspensa em razão de parcelamento ou decisão judicial, ou integralmente garantidos, não se compreendendo tais créditos no limite de 50% do caput, salvo se houver expressa indicação de inclusão, quando tais créditos entrarem no cômputo dos elegíveis.

§ 4º Caso tenha interesse em incluir créditos parcelados, o sujeito passivo deverá, primeiramente, desistir do parcelamento.

§ 5º Na hipótese de inclusão dos créditos com exigibilidade suspensa por decisão judicial, o sujeito passivo deverá desistir da ação ou do recurso e renunciar ao direito correspondente, apresentando à Procuradoria cópia do protocolo da petição em até 30 dias contados da formalização da transação, sob pena de exclusão desses créditos do acordo.

Seção II

Parcelamento e Entrada

Art. 20 Os percentuais de entrada serão progressivos de acordo com o parcelamento efetuado, da seguinte forma:

I – para passivo negociado de até R\$ 100.000,00:

- a) quando se tratar de pessoa jurídica em geral:
 - i. para pagamento em até 12 parcelas: sem entrada estipulada;
 - ii. para pagamento de 13 parcelas até 24 parcelas: entrada de 5%
 - iii. para pagamento de 25 parcelas até 36 parcelas: entrada de 7%
 - iv. acima de 37 parcelas: entrada de 10%
- b) no caso de parcelamentos de pessoas físicas, microempresas ou empresas de pequeno porte, a entrada será sempre de 5%, salvo se o pagamento for à vista ou inferior a 12 parcelas, que não terá entrada mínima estipulada.

II – para passivo negociado que supere R\$ 100.000,00:

- a) quando se tratar de pessoa jurídica em geral:
 - i. para pagamento em até 12 parcelas: sem entrada estipulada;
 - ii. para pagamento de 13 parcelas até 24 parcelas: entrada de 5%
 - iii. para pagamento de 25 parcelas até 36 parcelas: entrada de 7%



- iv. para pagamento de 37 parcelas até 48 parcelas: entrada de 10%
- v. para pagamento de 49 parcelas até 60 parcelas: entrada de 15%
- vi. para pagamento acima de 60 parcelas: entrada mínima de 20%
- b) no caso de parcelamentos de pessoas físicas, microempresas ou empresas de pequeno porte, a entrada será:
 - i. para pagamento em até 12 parcelas: sem entrada estipulada;
 - ii. para pagamento de 13 parcelas até 24 parcelas: entrada de 5%
 - iii. para pagamento de 25 parcelas até 36 parcelas: entrada de 7%
 - iv. para pagamento acima de 37 parcelas: entrada de 10%

§1º O valor mínimo das parcelas mensais será o valor de referência A4, para pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte, e o valor de referência A15, para pessoas jurídicas em geral, previstos no Anexo I do Código Tributário Municipal e atualizados anualmente pelo índice de correção monetária adotado no Município.

§2º Considera-se microempresa ou empresa de pequeno porte a pessoa jurídica que esteja registrada como tal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), perante a Receita Federal do Brasil.

§3º Nos casos do inciso II do *caput*, diante das condições econômicas ou do valor total do débito, o Subprocurador Geral Tributário-Fiscal poderá indicar percentual inferior de entrada.

Seção III **Descontos**

Art. 21 A concessão de descontos será restrita aos créditos irrecuperáveis, assim classificados:

I – por critérios objetivos, que permitam presumir a reduzida chance de êxito ou vantajosidade na cobrança do crédito, ou a baixa capacidade de pagamento do devedor, englobando os créditos:

- a) titularizados por empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, em liquidação judicial, em liquidação ou intervenção extrajudicial, ou em falência;
- b) titularizados por pessoas falecidas;
- c) ajuizados há mais de 3 (três) anos, sem anotação de garantia ou suspensão da exigibilidade;
- d) cujo valor atualizado, considerado por Certidão de Dívida Ativa (CDA), seja inferior ao limite mínimo de ajuizamento estabelecido por ato específico da PGM, na forma do art. 94 da Lei Municipal nº 3368, de 23 de julho de 2018;
- e) arquivados nos termos do art. 40 da Lei de Execuções Fiscais (Lei nº 6.830/80);
- f) de titularidade de devedores pessoa jurídica cuja situação cadastral no CNPJ seja: baixado por inapetência; baixado por inexistência de fato; baixado por omissão contumaz; baixado por encerramento da falência; baixado pelo encerramento da liquidação judicial; baixado pelo encerramento da liquidação; inapto por localização desconhecida; inapto por inexistência de fato; inapto omissivo e não localização; inapto por omissão contumaz; inapto por omissão de declarações; ou suspenso por inexistência de fato;
- g) originados de lançamento de ISS fixo, devido por pessoa física ou sociedade unipessoal, na forma do art. 91, §1º ou §4º do Código Tributário Municipal, mediante análise da higidez da inscrição;
- h) originados de lançamento complementar de IPTU;
- i) referentes a créditos de IPTU e TCIL relativos a terrenos situados em zona de comunidade, em que, comprovadamente, a cobrança esteja sendo feita de forma equivocada, sendo ônus do devedor a sua demonstração;
- j) de titularidade de contribuintes que tenham por objeto social o desenvolvimento de atividades econômicas especialmente afetadas pela pandemia do Covid-19, assim entendidas aquelas relacionadas ao setor naval, bem como aquelas constantes nos subitens 3.02, 3.04, 4.05, 4.08, 4.10, 4.12, 4.15, 4.16, 4.17, 6.01, 6.02, 6.04, 6.05, 6.06 8.01, 8.02, 9.01, 9.02, 9.03, item 12 e subitens, 14.02, 14.13, 20.01 e 29, todos constantes do Anexo III da Lei 2.597/08;
- k) créditos referentes a IPTU e TCIL de imóveis de uso comercial, residencial ou misto que sejam abrangidos pela Lei 3.061/2013, excetuados os imóveis localizados no Bairro do Ingá, Boa Viagem, na Avenida Marques do Paraná, as vagas de garagem autônomas e as salas comerciais;
- l) questões residuais controvertidas pendentes de análise, decorrentes da Lei nº 3.123/2014.

II – por critério subjetivo, correspondente à análise individualizada que permita concluir pela baixa capacidade de pagamento do devedor e/ou baixa exequibilidade do débito, consideradas suas circunstâncias pessoais em contraposição ao passivo acumulado, levando-se em conta a capacidade de pagamento do devedor, aferida na forma do Anexo I desta Resolução.

§1º O edital poderá restringir-se a apenas uma ou algumas das categorias de créditos irrecuperáveis previstas no inciso I e, dentro delas, também poderá limitar-se a subcategorias, estabelecendo critérios objetivos para a elegibilidade dos créditos, como, exemplificativamente, a competência do crédito e/ou, em caso de IPTU, o tipo de terreno envolvido.

§2º Salvo demonstração em contrário, de iniciativa do próprio devedor, a partir da apresentação da documentação exigida para enquadramento da hipótese do inciso II, e desde que também não enquadrados nos critérios previstos no inciso I, os créditos serão considerados recuperáveis, ficando vedada a concessão de desconto.

§3º No caso dos créditos irrecuperáveis pelo critério subjetivo, previsto no inciso II, a graduação dos descontos se dará de acordo com os parâmetros estabelecidos no Formulário de Pontuação constante do Anexo I desta Resolução, atribuindo-se peso 2 ao item que afere a capacidade de pagamento do devedor.

Seção IV **Da Legitimidade para a Transação**

Art. 23 A transação poderá ser proposta, aceita ou realizada:

I - pelo próprio sujeito passivo que conste do cadastro junto ao sistema da dívida ativa municipal;

II - por seu representante legal, em caso de pessoa jurídica; ou

III - por terceiro com interesse na quitação do débito.

§1º A legitimidade do terceiro fica condicionada à comprovação de algum vínculo seu com o sujeito passivo ou com a matrícula imobiliária, valendo prioritariamente para a transação de créditos de IPTU, sem prejuízo da possibilidade de se aceitar, excepcionalmente, o requerimento do terceiro com relação a outros tipos de crédito.



§2º O terceiro deverá assinar termo de ciência de quitação de dívida alheia, mas a sua confissão não valerá em prejuízo do sujeito passivo original, nem interromperá a prescrição para a cobrança dos créditos transacionados.

§3º O mero requerimento ou a mera adesão a transação por terceiro não implica, automaticamente, a sua sujeição passiva, nem autoriza a sua inclusão no polo passivo da execução fiscal, salvo se verificada a existência de alguma das causas de responsabilidade tributária.

Seção V

Transação por adesão na cobrança da dívida ativa municipal

Art. 24 Sem prejuízo das limitações constantes nos arts. 13,14, e 20 a 23 desta Resolução, o sujeito passivo poderá transacionar inscrições/matrículas mediante adesão à proposta da Procuradoria-Geral do Município.

Parágrafo único. A transação por adesão independe do valor do passivo fiscal negociado, que poderá ser inferior, igual ou superior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Seção V

Transação individual na cobrança da dívida ativa municipal

Art. 25 A transação individual na cobrança da dívida ativa municipal ficará restrita a negociações que envolvam um valor total igual ou superior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), considerando-se a necessidade de inclusão de um mínimo de 50% do passivo total do sujeito passivo, prevista no art. 19.

§1º Nas situações excepcionais previstas no §2º do art. 19, será possível a negociação que envolva menos do que 50% do passivo fiscal total, hipótese em que este valor negociado deverá corresponder a pelo menos R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para que seja franqueada a via da transação individual.

§2º Em havendo edital aberto, no período em que ele vigorar, fica vedada a negociação individual com relação aos créditos elegíveis à transação por adesão, salvo:

a) se a transação individual envolver outros créditos que não os elegíveis à adesão, justificando o acordo individual;

b) para devedores em recuperação judicial ou extrajudicial, em liquidação judicial, em liquidação ou intervenção extrajudicial, ou em falência, desde que haja peculiaridade a revelar a necessidade da transação individual.

§3º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, será possível aplicar à transação individual os mesmos parâmetros de desconto, parcelas e entrada previstos em edital que porventura esteja aberto no momento da negociação.

Art. 26 Caso a Comissão de Transação constate, no caso concreto, a existência de grupo econômico, poderá condicionar a celebração do acordo de transação ao reconhecimento, pelos demais integrantes do grupo, da corresponsabilidade pelos créditos transacionados, situação em que a capacidade de pagamento será aferida com relação a todo o grupo econômico.

Art. 27 As microempresas e empresas de pequeno porte poderão apresentar livros e escrituração contábil simplificados nos termos da legislação específica.

Art. 28 São situações impeditivas à celebração do acordo de transação:

I - a existência de decisão judicial reconhecendo a utilização de pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, os seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, ainda que não transitada em julgado;

II - a existência de decisão judicial reconhecendo alienação, oneração ou ocultação de bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos, ainda que não transitada em julgado;

III - a existência de transação anterior, relativa aos mesmos créditos, rescindida há menos de 1 (um) ano por descumprimento das cláusulas e condições.

§1º No caso do inciso I, a transação poderá ser celebrada se o devedor reconhecer a utilização da pessoa natural ou jurídica interposta e se esta última concordar em ser corresponsabilizada pelos créditos transacionados, o que deverá constar originariamente da proposta de acordo.

§2º Na situação prevista no inciso II, a transação poderá ser celebrada se o devedor oferecer os bens ou direitos alienados, onerados ou ocultados em garantia do pagamento dos créditos transacionados, o que deverá constar originariamente da proposta de acordo.

Art. 29 Em regra, na transação individual, será exigida a manutenção das garantias prestadas em ações judiciais ou administrativamente, bem como dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal, ações de execução fiscal ou qualquer outra ação judicial, incluídas as penhoras já realizadas, aplicando-se as previsões do artigo 5º, §§1º e 2º, desta Resolução.

CAPÍTULO III

TRANSAÇÃO NO CONTENCIOSO JUDICIAL

Seção I

Créditos abrangidos

Art. 30 A transação no contencioso judicial abrangerá os créditos inscritos ou não inscritos em dívida ativa, de natureza tributária ou não, desde que sejam objeto de discussão em litígio judicial, assim considerada qualquer ação, incidente processual ou recurso pertinente, na forma da legislação, não bastando, para tanto, a mera existência de execução fiscal.

Art. 31 A transação no contencioso judicial poderá ser feita somente com relação ao crédito objeto de discussão em determinado processo judicial.

§1º Em caso de adesão, haverá a necessidade de inclusão de todos os créditos que sejam objeto de litígios relacionados à tese, existentes na data do pedido, que tenham como parte processual o requerente ou pessoa física ou jurídica do mesmo grupo econômico, ou inter-relacionada ao requerente.

§2º Ficam ressalvados da inclusão necessária na transação no contencioso judicial por adesão os créditos discutidos em litígios acobertados pela coisa julgada material.

§3º Sem prejuízo do disposto no *caput*, excepcionalmente, a Comissão de Transação poderá condicionar a formalização da transação individual à inclusão de outros créditos que sejam objeto de litígios que envolvam a mesma tese jurídica transacionada, caso o acordo gire em torno, substancialmente, de matéria de direito e a vantagem da negociação só fique evidente com a amplitude do objeto.

§4º Não há limitação à transação parcial com base em percentual do passivo fiscal total, afastando-se o disposto no art. 19 para a transação no contencioso.

Seção II

Parcelamento, Entrada e Descontos



Art. 32 As regras referentes ao número de parcelas e aos valores de entrada serão as mesmas aplicadas à transação na cobrança da dívida ativa municipal, consoante art. 20 desta Resolução.

Art. 33 A concessão de descontos será restrita aos créditos irre recuperáveis, assim classificados:

I - por critérios objetivos, na forma do artigo 21, *caput* e inciso I, alíneas "a" a "d" e "h", bem como:

a) que envolvam teses jurídicas cujo risco de insucesso seja elevado, a juízo da Procuradoria-Geral do Município;

b) que sejam objeto de litígios judiciais que, por características processuais objetivamente definidas, permitam vislumbrar alto risco de sucumbência por parte do Município;

II - por critério subjetivo, correspondente à análise individualizada que permita concluir pela baixa exequibilidade e/ou baixa recuperabilidade do crédito, aferida de acordo com as circunstâncias concretas do litígio, aí incluída a análise de risco de sucesso ou insucesso da tese jurídica envolvida.

§1º O edital poderá restringir-se a apenas uma ou algumas das categorias de créditos irre recuperáveis previstas no inciso I e, dentro delas, também poderá limitar-se a subcategorias, estabelecendo critérios objetivos para a elegibilidade dos créditos, como, exemplificativamente, a competência do crédito, a etapa em que se encontre o respectivo processo judicial e/ou, em caso de IPTU, o tipo de terreno.

§2º Os critérios previstos nas alíneas "a" a "d" do artigo 21, inciso I serão restritos à hipótese de transação no contencioso judicial por adesão, e o critério previsto no inciso II ficará adstrito à transação no contencioso judicial de forma individual.

Seção III

Da Legitimidade para a Transação

Art. 34 A transação poderá ser proposta, aceita ou realizada:

I - por quem seja parte no litígio;

II - pelo sujeito passivo que conste do cadastro municipal ou por seu representante legal, em caso de pessoa jurídica, desde que apresente anuência expressa de quem seja parte no litígio.

§1º No caso do inciso I, caso o requerente seja parte em apenas alguns dos litígios envolvendo a tese jurídica, a transação com relação aos demais créditos ficará condicionada à anuência expressa de quem seja parte no litígio.

§2º Em caso de transação no contencioso judicial por adesão, a exigência de inclusão de todos os créditos envolvidos em litígios que envolvam a mesma tese jurídica limitar-se-á aos litígios em que seja parte o requerente ou pessoa física ou jurídica do mesmo grupo econômico, ou inter-relacionada ao requerente.

Seção IV

Vedações, Compromissos e Limitações

Art. 35 É vedada a transação no contencioso judicial na hipótese de existência de precedente vinculante, nos moldes dos incisos I, II, III e IV do *caput* do art. 927 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), quando integralmente favorável à Fazenda Municipal.

Seção V

Transação por adesão no contencioso judicial

Art. 36 A transação por adesão no contencioso judicial ficará limitada às hipóteses em que haja controvérsia jurídica de interesse transcendente, assim considerada aquela que envolva questões jurídicas que ultrapassem os interesses subjetivos da demanda ou que afetem a exequibilidade do crédito.

Parágrafo único. A transação por adesão independe do valor do passivo fiscal negociado, que poderá ser inferior, igual ou superior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 37 A solicitação de adesão deverá abranger todos os litígios relacionados à tese objeto da transação existentes na data do pedido, observadas as limitações eventualmente existentes, desde que neles seja parte o requerente, ou pessoa física ou jurídica do mesmo grupo econômico ou inter-relacionada ao requerente.

§1º Ficam ressalvados do disposto no *caput* os créditos discutidos em litígios acobertados pela coisa julgada material.

§2º O requerente declarará o atendimento a essa exigência em formulário, sujeitando-se à imediata rescisão da transação caso se descubra, futuramente, que não houve a inclusão da totalidade dos créditos enquadrados nessa situação.

§3º O disposto nesse artigo não veda a possibilidade de inclusão de créditos discutidos em litígios em que terceiros sejam partes, desde que haja a sua anuência expressa.

§4º No caso do parágrafo anterior, a anuência do terceiro deverá ser apresentada em até 30 (trinta) dias contados do requerimento da adesão, por meio de sistema eletrônico ou para o e-mail transacao@pgm.niteroi.rj.gov.br.

Art. 38 O sujeito passivo que aderir à proposta de que trata o artigo 4º desta Lei sujeitar-se-á, em relação aos fatos geradores futuros ou não consumados, ao entendimento dado pela administração tributária à questão em litígio, ressalvadas:

I - a cessação de eficácia prospectiva da transação decorrente do advento de precedente vinculante nos termos dos incisos I, II, III e IV do *caput* do art. 927 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil);

II - a alteração da legislação em discussão.

Seção VI

Transação individual no contencioso judicial

Art. 39 A transação individual no contencioso judicial ficará restrita a negociações que envolvam um valor total igual ou superior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sem a necessidade de inclusão da totalidade dos créditos que sejam objeto de litígios que envolvam a mesma tese jurídica, sendo aplicáveis as previsões do artigo 25, §§ 2º e 3º desta norma.

Art. 40 A proposta de transação individual de iniciativa da Procuradoria-Geral do Município envolverá, alternativa ou cumulativamente, as obrigações, exigências e concessões de que tratam os artigos 12 a 15 desta Resolução, conterá os requisitos do artigo 7º, e ainda:

I - as razões que levaram à formulação da proposta, avaliando a chance real de êxito da demanda, as circunstâncias do processo, o interesse na cobrança do crédito e a repercussão jurídica para demandas semelhantes;

II - a relação de créditos a serem transacionados, com a indicação dos respectivos processos judiciais, acompanhada dos percentuais, valores estimados e fundamentos normativos do desconto, se for o caso, inclusive com os indicadores de créditos com vedação de desconto.



Art. 41 Observado o disposto no art. 6º e no art. 34, o sujeito passivo ou quem seja litigante no processo judicial poderá apresentar proposta de transação individual, contendo, além dos requisitos previstos no artigo 52, II, III, IV, V e VII:

I – a exposição dos motivos que justifiquem a transação no caso concreto, inclusive demonstrando a baixa chance real de êxito do Município, de acordo com a jurisprudência a respeito do tema ou com as circunstâncias do processo;

II – a relação dos créditos a serem transacionados, com a indicação dos respectivos processos judiciais e dos descontos a que o requerente entenda fazer jus, com seu respectivo fundamento normativo.

§1º Os documentos relacionados nos incisos VI e VII do artigo 52 poderão ser dispensados, total ou parcialmente, a exclusivo critério da Comissão de Transação, observadas as circunstâncias do caso concreto.

§2º Caso o requerente deseje incluir créditos que sejam objeto de litígios em que não figure como parte, deverá obter como pré-condição a anuência do terceiro que seja parte, anexando-a à proposta, sob pena de não conhecimento com relação a esses créditos.

§3º No caso do parágrafo anterior, caso identifique que os terceiros anuentes e o requerente compõem um mesmo grupo econômico, a Comissão de Transação poderá condicionar a celebração do acordo de transação ao reconhecimento, pelos demais integrantes do grupo, da corresponsabilidade pelos créditos transacionados.

§4º Excepcionalmente, a Comissão de Transação poderá condicionar a transação individual no contencioso judicial à inclusão de outros créditos que sejam objeto de litígios que envolvam a mesma tese jurídica transacionada, caso o acordo gire em torno, substancialmente, de matéria de direito e a vantagem da negociação só fique evidente com a amplitude do objeto.

§5º Na hipótese do parágrafo anterior, a exigência também poderá ocorrer com relação a litígios em que sejam partes terceiros que componham o mesmo grupo econômico do requerente.

Art. 42 Em caso de não observância dos limites referidos no art. 39 ou de não apresentação dos documentos elencados no art. 41, a proposta não será conhecida e será arquivada liminarmente, salvo se houver flexibilização com relação a algum documento, conforme §1º do art. 41, a juízo exclusivo da Comissão de Transação, aplicando-se a previsão do artigo 9º, parágrafo único desta norma.

Art. 43 São situações impeditivas à celebração do acordo de transação as mesmas previstas no art. 28 da presente Resolução.

CAPÍTULO IV

Comissões de Transação e Autoridade Homologadora

Art. 44 Ficam instituídas a Comissão de Transação da Dívida Ativa (CTDA) e a Comissão de Transação do Contencioso Judicial (CTCJ), compostas por dois Procuradores do Município e dois suplentes em cada uma delas, a serem designados por meio de ato interno do Subprocurador-Geral Tributário-Fiscal, com as seguintes atribuições:

I – analisar as propostas de transação individual encaminhadas pelos sujeitos passivos ou litigantes, ressalvada a possibilidade de arquivamento liminar, nas hipóteses previstas no art. 9º;

II – impor condições e restrições ou efetuar exigências consideradas imprescindíveis para a celebração do acordo, tais como as previstas nos artigos 11, 20, e 41, §§ 3º e 4º, desta Resolução;

III – decidir a respeito da formalização de transação no caso concreto, com a elaboração do termo de transação, sujeito à homologação pela autoridade competente prevista no artigo 48, ou, sendo absolutamente inviável a proposta ou não havendo consenso entre os Procuradores e o requerente, por meio de decisão de indeferimento.

Parágrafo único. Para fins de aferição do desconto aplicável na transação individual da Dívida Ativa, a Comissão observará os critérios contidos no Formulário de Pontuação constante do Anexo I da presente Resolução.

Art. 45 A decisão que recusar a proposta de transação individual na Dívida Ativa apresentada pelo contribuinte deve apresentar, de forma clara e objetiva, a fundamentação que permita a exata compreensão das razões de decidir e deve considerar a situação econômica e a capacidade de pagamento do sujeito passivo, a perspectiva de êxito das estratégias administrativas e judiciais de cobrança e o custo da cobrança judicial.

Parágrafo único. Em qualquer caso, a decisão deverá apresentar ao contribuinte as alternativas e orientações para regularização de sua situação fiscal.

Art. 46 A decisão que recusar a proposta de transação individual no Contencioso Judicial apresentada pelo contribuinte deve apresentar, de forma clara e objetiva, a fundamentação que permita a exata compreensão das razões de decidir e deve considerar a chance real de êxito da demanda, as circunstâncias do processo, o interesse na cobrança do crédito e a repercussão jurídica para demandas semelhantes.

Art. 47 O contribuinte poderá apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da notificação da recusa, recurso administrativo em face da decisão que recusar a proposta de transação individual, direcionado ao Procurador-Chefe da Procuradoria Fiscal, nos casos de atribuição da CTDA, ou ao Procurador-Chefe da Procuradoria Tributária, quando de atribuição da CTCJ.

§1º Em caso de notificação por e-mail, destinada ao endereço eletrônico fornecido no formulário de que trata o art. 3º, parágrafo único, considerar-se-á notificado o contribuinte no 10º (décimo) dia corrido após o envio do e-mail.

§2º A decisão que apreciar o recurso administrativo será definitiva, não cabendo em face dela qualquer recurso ou pedido de reconsideração.

Art. 48 A autoridade competente para homologar os termos de transação individual será:

I – em transações que envolvam passivo fiscal de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), o Procurador-Chefe da Procuradoria Fiscal (CTDA) ou o Procurador-Chefe da Procuradoria Tributária (CTCJ);

II – em transações que envolvam passivo fiscal superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), o Subprocurador Geral Tributário-Fiscal.

Parágrafo único. Não caberá recurso em face da não homologação do termo de transação, ou da sua homologação parcial.

CAPÍTULO V

HIPÓTESES DE RESCISÃO

Art. 49 Implica a rescisão da transação:

I - o descumprimento das condições, das cláusulas ou dos compromissos assumidos;



II - a constatação, pelo credor, de ato tendente ao esvaziamento patrimonial do devedor como forma de fraudar o cumprimento da transação, ainda que realizado anteriormente à sua celebração;

III - a comprovação de prevaricação, de concussão ou de corrupção passiva na sua formação;

IV - a ocorrência de dolo, de fraude, de simulação ou de erro essencial quanto à pessoa ou quanto ao objeto do conflito;

V - a contrariedade a decisão judicial definitiva prolatada antes da sua celebração;

VI - a inadimplência de 03 (três) parcelas, consecutivas ou não, ou o decurso do prazo de 180 (cento e oitenta) dias sem que ocorra o pagamento de qualquer uma das parcelas;

VII - no que tange à transação na cobrança da dívida ativa, a constatação de aumento da capacidade de pagamento do devedor, sendo ofertada, nesse caso, a renegociação do acordo, antes da rescisão;

VIII - a ausência de apresentação, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à formalização do acordo, de cópia de protocolo das petições requerendo a extinção de processos judiciais, quando a transação só tenha abrangido créditos discutidos em juízo;

IX - a constatação de que, na hipótese de transação por adesão no contencioso judicial, o devedor não incluiu todos os créditos relativos à mesma tese jurídica, discutidos em litígios nos quais seja parte;

X - a ocorrência de alguma das hipóteses rescisórias adicionalmente previstas no respectivo termo de transação ou no edital; ou

XI - a inobservância de quaisquer disposições da Lei nº 3.605/2021, desta Resolução ou do respectivo Edital.

Art. 50 O devedor será notificado sobre a incidência de alguma das hipóteses de rescisão da transação e poderá impugnar o ato em até 15 dias, na forma do art. 64 da Lei de Processos Administrativos do Município de Niterói (Lei 3.048/2013), por meio de recurso endereçado ao Procurador Chefe da Procuradoria Fiscal ou da Procuradoria Tributária, a depender da modalidade, preservada a transação durante esse período.

§ 1º A notificação se dará preferencialmente por correio eletrônico, destinado ao e-mail informado no formulário padrão preenchido pelo requerente, considerando-se recebida no 10º (décimo) dia corrido contado do envio.

§2º Em caso de impossibilidade de envio do e-mail, a notificação será feita excepcionalmente por via postal, com confirmação de recebimento, ou, em caso de insucesso desta última, por edital.

§3º Quando sanável, é admitida a regularização do vício que ensejaria a rescisão durante o prazo concedido para o recurso, preservada a transação em todos os seus termos.

§4º O desprovimento do recurso administrativo em face da rescisão da transação será irrecurável, não sendo admitido em face dele qualquer outro recurso ou pedido de reconsideração.

Art. 51 A rescisão da transação implicará o afastamento dos benefícios concedidos e a cobrança integral das dívidas, deduzidos os valores já pagos, com a retomada dos atos executórios do crédito, judiciais e extrajudiciais, sem prejuízo de outras consequências previstas no edital ou no termo de transação.

CAPÍTULO VI

DO PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

Art. 52 Em situações de precariedade econômica, devidamente fundamentada e comprovada, os devedores ou terceiros interessados poderão apresentar proposta de transação individual, contendo plano de recuperação fiscal com a descrição dos meios para a extinção dos créditos inscritos em dívida ativa municipal, devendo conter:

I - a exposição das causas concretas de sua situação econômica, patrimonial e financeira, as razões da crise econômico-financeira e a capacidade de pagamento estimada, devendo apresentar documentos que comprovem o fluxo financeiro dos 12 meses anteriores ao requerimento, preferencialmente por juntada integral do imposto de renda e respectivo recibo, contracheque, DEFIS ou outro documento oficial;

II - a qualificação completa do requerente e, no caso de requerente pessoa jurídica, de seus sócios administradores ou administrador não sócio, conforme o caso;

III - em caso de requerente pessoa física, cópia do seu RG e CPF, bem como procuração com poderes especiais para transacionar e confessar os créditos, caso o requerimento seja feito por procurador;

IV - em caso de requerente pessoa jurídica, cópia do contrato social e última alteração, quando aplicável, além de cópia do RG e do CPF dos representantes legais, bem como procuração com poderes especiais para transacionar e confessar os créditos, caso o requerimento seja feito por procurador;

V - a relação de bens e direitos de propriedade do requerente, no país ou no exterior, com a respectiva localização e destinação;

VI - em caso de pessoa jurídica em recuperação judicial ou extrajudicial, em liquidação judicial, em liquidação ou intervenção extrajudicial, ou em falência, a relação nominal completa dos credores, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, o que poderá ser apresentado através do quadro de credores, se já formulado.

VII - o formulário padrão constante no site da Procuradoria-Geral do Município, com a assunção de todos os compromissos referidos no art. 15, a indicação de e-mail para o recebimento das comunicações a serem feitas pela Procuradoria e os demais conteúdos referidos no art. 3º, parágrafo único, da presente Resolução.

VIII - em caso de pessoa jurídica não submetida ao SIMPLES NACIONAL, as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:

a) balanço patrimonial;

b) demonstração de resultados acumulados;

c) demonstração do resultado desde o último exercício social;

d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;

e) descrição das sociedades de grupo societário, de fato ou de direito.

§1º A Comissão de Transação poderá, de forma fundamentada, dispensar a apresentação de alguns dos documentos acima relacionados, bem como requerer a apresentação de qualquer outro documento, restando indeferido o requerimento quando a exigência não for cumprida em até 10 (dez) dias, contado da notificação ao requerente ou seu representante legal, que poderá ser feita por e-mail, telefone ou



qualquer outro mecanismo de comunicação eletrônico, desde que certificada por servidor da Procuradoria Geral do Município.

§2º A Procuradoria Geral do Município, ainda que apresentada toda a documentação acima listada ou exigida a título complementar, não fica vinculada ao plano apresentado, que poderá ser rejeitado por razões de interesse público, desde que devidamente fundamentada, bem como poderá apresentar plano substitutivo de acordo com análise efetuada.

§3º O deferimento do plano não implicará necessariamente concessão de descontos e, caso aplicável, seguirá as diretrizes de pontuação prevista no Anexo I da presente Resolução, hipótese em que o item relacionado à capacidade de pagamento terá atribuição de peso 2 para aferição da pontuação.

§4º Aplicam-se as disposições do artigo 27 desta Resolução, nos casos de microempresas e empresas de pequeno porte.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 53 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA

Os critérios representam indicativos de baixa capacidade de pagamento e baixa exequibilidade do crédito, na forma do artigo 12, II, da Lei nº 3.605/2021.

CONTRIBUINTE:		CGM
CPF/CNPJ:		() PF () PJ
CRITÉRIOS SUBJETIVOS		PONTOS (0 a 5)
Sujeito Passivo	I- Histórico fiscal favorável	
	II-Baixa capacidade de pagamento do devedor	
Condições Processuais	III-Histórico de ajuizamento	
	IV-Probabilidade de êxito da cobrança	
	V-Custo da cobrança	
SOMA		
PERCENTUAL DESCONTO APLICADO		

Críticos para atribuição dos descontos previstos no artigo 12 da Lei nº 3.605/2021, a partir da soma da pontuação dos critérios subjetivos:

I – 1 a 5 pontos = 40 % de desconto para pessoas físicas e 50% de desconto para pessoas jurídicas;

II – entre 06 e 10 pontos = 50 % de desconto para pessoas físicas e 40% de desconto para pessoas jurídicas;

III – entre 11 e 15 pontos = 60 % de desconto para pessoas físicas e 50% de desconto para pessoas jurídicas;

IV – entre 16 e 20 pontos = 70 % de desconto para pessoas físicas e 60% de desconto para pessoas jurídicas;

V – entre 21 e 24 pontos = 80 % de desconto para pessoas físicas e 70% de desconto para pessoas jurídicas;

VI – 25 pontos = 90 % de desconto para pessoas físicas e 80% de desconto para pessoas jurídicas;

Diretrizes objetivas para aferição dos critérios:

I-Histórico Fiscal favorável – representa a análise do passivo fiscal da matrícula/inscrição.

Passivo fiscal da matrícula/inscrição:

- mais de 10 exercícios – 0 ponto;
- entre 8 e 10 exercícios – 1 ponto;
- entre 5 e 7 exercícios – 2 pontos;
- entre 3 e 4 exercícios – 3 pontos;
- 2 exercícios – 4 pontos;
- 1 exercício – 5 pontos.

II-Baixa capacidade de pagamento do devedor – A capacidade de pagamento do devedor será baseada na renda atual e/ou fluxo de caixa, mediante aferição da capacidade de pagamento do débito transacionado, observando-se os seguintes critérios:

- será atribuída a pontuação 5, se o proponente comprovar sua situação através de comprovante de renda que demonstre renda familiar mensal média de até 6 (seis) salários-mínimos nos últimos 3 ou no último exercício, caso pessoa física; ou, por meio de balancetes, DIF ou outro documento contábil, caso pessoa jurídica, que demonstre média mensal igual ou inferior a 20 (vinte) salários-mínimos.

Será ainda aplicada mesma pontuação para a pessoa física ou jurídica caso o total do débito, independentemente da natureza, seja superior a 50% do faturamento/renda anual.

- Serão atribuídos 4 pontos para a pessoa física ou jurídica caso o total do débito, independente da natureza, alcance 40% e não seja superior a 50% do faturamento/renda anual.

- Serão atribuídos 3 pontos para a pessoa física ou jurídica caso o total do débito, independente da natureza, alcance 30% e não seja superior a 40% do faturamento/renda anual.

- Serão atribuídos 2 pontos para a pessoa física ou jurídica caso o total do débito, independente da natureza, alcance 20% e não seja superior a 30% do faturamento/renda anual.

- Será atribuído 1 ponto para a pessoa física ou jurídica caso o total do débito, independente da natureza, alcance 15% e não seja superior a 20% do faturamento/renda anual.

*Será atribuída, também, a pontuação 5, se o proponente for empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, em liquidação judicial, em liquidação ou intervenção extrajudicial, ou em falência, bem como quando tratar de créditos titularizados por pessoas falecidas.

III- Histórico de ajuizamento – representa o transcurso de tempo desde o ajuizamento da execução fiscal, sem que haja garantia hígida ou suspensão da exigibilidade do crédito, o que representa gasto de verbas públicas na persecução do crédito sem sucesso.

I – até 3 anos decorridos desde o ajuizamento = 0 ponto;

II – entre 3 e 5 anos decorridos desde o ajuizamento = 1 ponto;

III – entre 5 e 6 anos decorridos desde o ajuizamento = 2 pontos;

IV - entre 6 e 7 anos decorridos desde o ajuizamento = 3 pontos;

V - entre 7 e 8 anos decorridos desde o ajuizamento = 4 pontos;



VI – mais de 8 anos decorridos desde o ajuizamento = 5 pontos.

***Nos casos em que houver mais de um exercício englobado na proposta de transação, a pontuação será avaliada pelo exercício mais antigo.**

IV-Probabilidade de êxito na cobrança – Será considerada possível quando se constate que o Juízo da Dívida Ativa tem decidido a favor do exequente; e remota quando houver precedente dominante desfavorável do Tribunal de Justiça ou de Tribunais Superiores, bem como houver Súmula, Recurso Repetitivo ou Repercussão Geral desfavoráveis. Será aferida conforme os seguintes critérios:

I – possível – 3 pontos;

II – remota – 5 pontos.

V-Custo da cobrança – aferido com base no custo de acompanhamento do cumprimento da transação

I – pagamento à vista – 5 pontos;

II – de duas a 12 parcelas – 4 pontos;

III – de 13 a 24 parcelas – 3 pontos;

IV – de 25 a 36 – 2 pontos;

V – de 37 a 48 – 1 ponto;

VI – acima de 49 parcelas – 0 ponto.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atos do Presidente

CORRIGENDA: Na publicação do Termo de Contrato Nº 015/2021, veiculado no Jornal "A Tribuna" e publicado em 13/07/2021, **onde se lê:** "... Art. 1º: Designar, em conformidade com o Decreto Nº 11.950/2015, como **Gestores:** pela SME o Sr.º Thiago Soares Risso Possas, Subsecretário de projetos Transversais, cooperação e articulação institucional, matrícula 12.454.280 e Pela FME o Sr.º Rui Alves, Diretor do Departamento do Administrativo, matrícula 239.628-8, como **Fiscais,** Octavio Simões de Carvalho Filho, mat. 11237940-1 e Victor Aguiar Leal Rocha, mat. 11237981-6, do Contrato nº 008/2021.....", **leia-se:** "...Art. 1º: Designar, em conformidade com o Decreto Nº 11.950/2015, como **Gestores:** pela SME o Sr.º Thiago Soares Risso Possas, Subsecretário de projetos Transversais, cooperação e articulação institucional, matrícula 12.454.280 e Pela FME o Sr.º Rui Alves, Diretor do Departamento do Administrativo, matrícula 239.628-8, como **Fiscais,** Octavio Simões de Carvalho Filho, mat. 11237940-1 e Victor Aguiar Leal Rocha, mat. 11237981-6, do Contrato nº 015/2021..."

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atos do Presidente

Portaria FMS/FGA nº 207/2021.

Dispõe sobre o fluxo de descarte de medicamentos e insumos na Rede de Atenção à Saúde de Niterói.

CONSIDERANDO a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Portaria GM nº 3.916, de 30 de outubro de 1998, que aprova a Política Nacional de Medicamentos, a qual contempla diretrizes e define prioridades relacionadas à legislação - incluindo a regulamentação -, inspeção, controle e garantia da qualidade, seleção, aquisição e distribuição, uso racional de medicamentos, desenvolvimento de recursos humanos e desenvolvimento científico e tecnológico;

CONSIDERANDO a Resolução CNS nº 338, de 06 de maio de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica e define o conjunto de ações voltadas à promoção, à proteção e à recuperação da saúde, tanto individual como coletiva, tendo o medicamento como insumo essencial e visando ao acesso e ao seu uso racional;

CONSIDERANDO a Resolução ANVISA nº 306, de 7 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

CONSIDERANDO a organização da Atenção Primária à Saúde de Niterói, a partir do Programa Médico de Família (PMF) e a não obrigatoriedade do profissional farmacêutico nos dispensários dos Módulos de Médico de Família (MMF);

CONSIDERANDO que a Coordenação de Farmácia (COFAR) é o setor central responsável pelas atividades de Assistência Farmacêutica do município, assim como pelo recolhimento de medicamentos para o descarte e incineração;

CONSIDERANDO a importância de potencializar as ações de aquisição, programação e distribuição de medicamentos a nível municipal, a fim de evitar possíveis desperdícios e desabastecimentos;

O Presidente da Fundação Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fluxo para o descarte de medicamentos inservíveis a ser seguido por todas as unidades da rede de saúde pública municipal:

I - De forma a evitar perdas por vencimento, os itens sem consumo nas unidades de saúde da rede pública poderão ser devolvidos à Coordenação de Farmácia (COFAR) para ações de remanejamento APENAS quando no prazo de SEIS MESES até a sua validade;

II - Será disponibilizada a todas as unidades de saúde da rede pública uma planilha para a normatização da relação de medicamentos vencidos a serem descartados e incinerados. Os campos de preenchimento obrigatório são:- nome do item, quantidade total de cada item, lote, validade, peso, unidade de saúde responsável e justificativa de vencimento;

III - Os itens a serem descartados pelas unidades de saúde deverão ser enviados à COFAR e serão recebidos SOMENTE com apresentação de planilha com detalhamento preenchida;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA FMS/FGA Nº 208/2021

O Presidente da Fundação Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Indicar os responsáveis pela fiscalização, na forma prevista no art. 67, da Lei 8.666/93, do contrato oriundo do Processo nº 200/10319/2020, do Pregão 04/2021 cujo objeto é FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RESMAS DE PAPEL SULFITE A4, VISANDO AO ABASTECIMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI.

Fiscal Titular: Marcelo Marsico Leal, Farmacêutico, Mat. 436.856-5;



Fiscal Substituto: Rogério Lopes Soares, Divisão de Serviços Gerais, Mat. nº 228.104-6.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA FMS/FGA Nº 209/2021

O Presidente da **Fundação Municipal de Saúde**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Indicar os responsáveis pela fiscalização, na forma prevista no art. 67, da Lei 8.666/93, do contrato oriundo do Processo nº 200/9015/2020, do Pregão 51/2021 cujo objeto é FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA USO EM BANCADA PARA CONTROLE DE EXAMES DE GRUPOS SANGÜÍNEOS, VISANDO AO ABASTECIMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI.

Fiscal Titular: Cláudia Nascimento de Oliveira, Chefe Administrativo do LMV, Matrícula 436.185-3.

Fiscal Substituto: Claudio Manoel da Silva, Chefe do Laboratório da Policlínica do Largo da Batalha, Matrícula nº 435.797-0.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria FMS/FGA nº 210/2021

O Presidente da **Fundação Municipal de Saúde**, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Fundação Municipal de Saúde, a Comissão Examinadora Especial com vistas aos Chamamentos Públicos para credenciamento de instituições privadas com ou sem fins econômicos ou filantrópicas, de serviços complementares ao SUS, com a incumbência de: I - receber os documentos propostos no processo de credenciamento; II - analisar, julgar e classificar os documentos apresentados, em conformidade com as regras e critérios estabelecidos no edital; III - julgar os requerimentos apresentados no âmbito do processo de seleção e processar recursos; IV - dirimir ou esclarecer eventuais dúvidas ou omissões.

Art. 2º - Compõem esta Comissão de Seleção os seguintes membros:

I - PEDRO PAULO DE ALMEIDA QUINTES, matrícula nº 432.240-0;

II - WALESKA FALCÃO PERUGIA, matrícula nº 1.437.575;

III - SUELLEN TRINDADE MEDEIROS, matrícula nº 437.078-9.

Parágrafo único. Fica designado como Presidente da Comissão o servidor Pedro Paulo de Almeida Quintes.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário, retroagindo os efeitos administrativos a partir de 11 de maio de 2021.

Ata SRP nº04

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 051/2021

**EXTRATO ATA DE REAGENTES PARA USO EM BANCADA PARA
CONTROLE DE EXAMES DE GRUPOS SANGÜÍNEOS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Ata de Registro de Preços cujo objeto é FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA USO EM BANCADA PARA CONTROLE DE EXAMES DE GRUPOS SANGÜÍNEOS, VISANDO AO ABASTECIMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI. Processo nº 200/9015/2020, Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico – SRP nº 51/2021, Total de Fornecedores Registrados: **02 (dois)**. Empresa: NOVA ANÁLISE DIAGNOSTICOS EIRELI, CNPJ nº 03.541.791/0001-55, para o item 1 com valor total de R\$ 8.606,40 (Oito mil e seiscentos e seis reais e quarenta centavos) e para o item 3 com valor total de R\$ 9.480,00 (Nove mil e quatrocentos e oitenta reais). Empresa: GL REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 30.243.793/0001-30, para o item 2 com valor total de R\$ 15.960,00 (quinze mil e novecentos e sessenta reais). Perfazendo o valor total licitado de **R\$ 34.046,40** (Trinta e quatro mil e quarenta e seis reais e quarenta centavos). A Vigência da Ata será de **12 (doze)** meses a partir da data de sua publicação. Detalhamento da ata no site www.niteroi.rj.gov.br.

Ata SRP nº05

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 04/2021

**EXTRATO ATA DE PAPEL SULFITE A4
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Ata de Registro de Preços cujo objeto é FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RESMAS DE PAPEL SULFITE A4, VISANDO AO ABASTECIMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI. Processo nº 200/10319/2020, Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico – SRP nº 04/2021, Total de Fornecedores Registrados: **01 (um)**. Empresa: ALPHA ELETROMOVEIS EIRELI, CNPJ nº 41.297.212/0001-60, para o item 1 com valor total de R\$ 358.925,80 (Trezentos e cinquenta e oito mil e novecentos e vinte e cinco reais e oitenta centavos). Perfazendo o valor total licitado de **R\$ 358.925,80** (Trezentos e cinquenta e oito mil e novecentos e vinte e cinco reais e oitenta centavos). A Vigência da Ata será de **12 (doze)** meses a partir da data de sua publicação. Detalhamento da ata no site www.niteroi.rj.gov.br.

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE NITERÓI – CLIN

Despacho do Presidente

Contrato nº 07/21, contrato de prestação de serviço que entre si celebraram como Contratante a CLIN - Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói e do outro lado, como contratada, a empresa **COPEMAQ LTDA ME**; Constitui objeto do presente Contrato, prestação de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva e suporte para 20 (vinte) REP – Relógio de Ponto Eletrônico, conforme as especificações constantes do Processo Administrativo. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do Contrato ou da Ordem de Início, no valor total de **R\$ 12.960,00 (doze mil e novecentos e sessenta reais)**; Natureza das despesas: **3390.90.00**, Fonte de recurso: **138**, Programa de trabalho: **04.122.0145.4191**. Nota de Empenho: **0119/21**, que se regerá pelo artigo 29 inciso II da Lei Federal de nº 13.303/16, consoante as cláusulas e condições. Ficam designados como fiscais do contrato as funcionárias Simone Maria Esteva da Silva Mat: 7591 e Gilka Maria Pereira da Costa Mat: 98728; Processo Administrativo de nº 520/000.186/21.

FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI - FAN

Ato do Presidente

EXTRATO CONTRATUAL Nº 122/2021

Instrumento/espécie: sexto termo aditivo ao Contrato nº 015/2018; Partes do termo: Fundação de Arte de Niterói – FAN e Instituto Memória Musical Brasileira – IMMUB.



Resumo do Objeto: prorrogação do prazo de vigência, sem ônus para a Administração, do Contrato nº 015/2018, relativo à prestação de serviços de desenvolvimento de cursos de musicalização para crianças e alunos de escolas de nível fundamental, incluindo planejamento operacional, coordenação, execução e acompanhamento, para desenvolvimento do projeto Aprendiz – música popular, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93; prazo de vigência-execução= 06 (seis) meses; processo administrativo/FAN/220/000502/2018, Origem: Edital de Licitação Pública/FAN nº 004/18 - Modalidade adotada: Pregão Presencial; Data da Assinatura do termo: 19/05/2021; registrado no livro nº 07, fls. 61v, termo registrado sob o nº 122/2021.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 140/2021

Instrumento/espécie: quarto termo aditivo ao Contrato nº 016/2017; Partes do termo: Fundação de Arte de Niterói – FAN e MSF EDITORES EIRELI. Resumo do Objeto: prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 016/2017, relativo à compra de material gráfico para apoio, divulgação e utilização nas unidades culturais e projetos e eventos da FAN/SMC, com fundamento no art. 57 da Lei nº 8.666/93; prazo de vigência-execução= 12 (doze) meses; processo administrativo/FAN/220/000948/2016, Origem: Edital de Licitação Pública/FAN nº 021/2016 - Modalidade adotada: Pregão Presencial; Data da Assinatura do termo: 18/06/2021; registrado no livro nº 07, fls. 70 v, termo registrado sob o nº 140/2021.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 141/2021

Instrumento/espécie: quarto termo aditivo ao Contrato nº 017/2017; Partes do termo: Fundação de Arte de Niterói – FAN e EDG EDITORA GRÁFICA EIRELLI EPP. Resumo do Objeto: prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 017/2017, relativo à compra de material gráfico, com fundamento no art. 57 da Lei nº 8.666/93; prazo de vigência-execução= 12 (doze) meses; processo administrativo/FAN/220/000948/2016, Origem: Edital de Licitação Pública/FAN nº 021/2016 - Modalidade adotada: Pregão Presencial; Data da Assinatura do termo: 18/06/2021; registrado no livro nº 07, fls. 71, termo registrado sob o nº 141/2021.

EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA

Atos do Presidente

PORT. Nº. 929/2021 – Dispensar a contar de **01/06/2021**, **ELAINE VERONEZI DA SILVA**, da **FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – 9**.

PORT. Nº. 930/2021 – Designar a contar de **01/06/2021**, **MARINALVA MARIA LEANDRO SILVA** para exercer a **FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – 9**, em vaga decorrente da dispensa de Elaine Veronezi da Silva.

PORT. Nº. 980/2021 – Dispensar a contar de **01/07/2021**, **RAYSSA ALVIM ROCHA**, da **FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – 2**.

PORT. Nº. 981/2021 – Designar a contar de **01/07/2021**, **ERICK ALVIM ROCHA** para exercer a **FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO – 2**, em vaga decorrente da dispensa de Rayssa Alvim Rocha.